
O desbaste da colecção: um adjuvante da leitura?

Maria Clara de Oliveira Póvoa
Escola Secundária de Cantanhede
Ana Isabel Pereira Vasconcelos
Universidade Aberta

O texto aqui apresentado decorre de um trabalho de investigação desenvolvido no âmbito do mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares, ministrado na Universidade Aberta. Esse trabalho concretizou-se numa dissertação de mestrado, da autoria da agora Mestre Maria Clara de Oliveira Póvoa, e foi desenvolvido sob a minha orientação.

A comunicação agora passada a escrito contempla a componente empírica do trabalho que se traduziu num estudo relativo à prática do desbaste das colecções nas bibliotecas escolares portuguesas, com recurso à aplicação de um inquérito por questionário. Sublinhando a importância e o valor do estudo que aqui se apresenta, não será demais repetir que o desbaste é uma prática essencial também na promoção da leitura, já que uma biblioteca com uma colecção adequada aos interesses e necessidades dos seus utilizadores, e livre de materiais espúrios, é, sem dúvida, uma biblioteca que terá mais facilidade em desenvolver acções conducentes à promoção do livro e da leitura.

O desbaste, acção prevista e obrigatória na própria avaliação da colecção, é uma tarefa nem sempre vista de forma positiva, já que muitas vezes, embora erradamente, é tida como sinónimo de “abate”. Na verdade, o desbaste é simplesmente o processo pelo qual se decide qual o destino a dar aos materiais que perderam o seu valor, lugar ou condição, no âmbito daquela colecção.

Sabemos hoje tratar-se de uma etapa tão importante como a própria selecção de recursos, sendo até referida na literatura da especialidade como “selection in reverse” ou “deselection”, um acto de reavaliação dos recursos da colecção que poderá ter, como consequência, acções diversas: depósito (interno ou externo), restauro do documento, transferência de suporte, substituição por edição mais recente ou o próprio abate, implicando este último a saída do documento da colecção e conduzindo ou à sua destruição física por reciclagem ou à sua venda/oferta a outra instituição.

Vejamos então como é que uma acção como o desbaste, tão importante, sublinhamos, para que se mantenha uma colecção actualizada (exigência básica dadas as sucessivas alterações dos *curricula* nacionais, bem como do Projecto

Curricular de cada Escola), viva e atraente para os utilizadores (o que é particularmente relevante no caso das bibliotecas escolares em que o público-alvo principal são crianças, adolescentes e jovens que estão a criar/ desenvolver hábitos de leitura), é encarada e praticada por quem tem a responsabilidade máxima dentro das bibliotecas escolares: os professores coordenadores.

Este estudo procurou conhecer o modo como se procede ao desbaste da colecção das Bibliotecas das Escolas Secundárias integradas na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), tendo em vista a sua actualização, de forma a responder às necessidades dos utilizadores.

Foram estabelecidos, como objectivos: verificar se o desbaste era uma prática esporádica e sem regularidade temporal nas Bibliotecas das Escolas Secundárias integradas na RBE; perceber se o desbaste era um processo levado a cabo sem regras bem definidas; descobrir como se procedia ao desbaste da colecção das Bibliotecas das Escolas Secundárias integradas na RBE (identificar os seus intervenientes; determinar a frequência deste; detectar impedimentos do desbaste; identificar os critérios utilizados; perceber que aspectos psicológicos negativos e positivos surgiam associados ao desbaste; identificar referências a esse processo nos documentos de base de Gestão da Colecção de cada Biblioteca Escolar inquirida, da RBE e organismos internacionais responsáveis nesta área; detectar eventuais relações entre o tempo de experiência de coordenação e a prática do desbaste; descobrir se existia uma correlação entre o nível de formação do Coordenador e essa prática; entre a existência de uma Política de Desenvolvimento da Colecção (PDC) ou outro documento elaborado pela Biblioteca Escolar que contivesse critérios de desbaste e a prática efectiva deste; confirmar se o nível de conhecimento da legislação ou de normas/orientações nacionais ou internacionais sobre desbaste tinha influência na prática deste; descobrir se havia uma relação entre o tipo de horário de coordenação (tempo inteiro ou parcial) e a prática do desbaste.

A abordagem metodológica foi essencialmente quantitativa, tendo sido utilizado, como instrumento principal de recolha de dados, o inquérito por questionário, aplicado *online*, através do *SurveyMonkey*, entre Junho e Setembro de 2008, à totalidade do universo em estudo, os coordenadores das BE das Escolas denominadas como Secundárias, do território continental, que integravam a RBE, numa amplitude temporal que abrangeu os 62 Coordenadores em funções em 2007-2008, coincidindo, desta forma, a população da amostra com o universo.

Com base nos 77,4% de respostas, foi feito um tratamento dos dados através de análises estatísticas descritivas e da análise de conteúdo das questões semi-abertas.

As conclusões a que chegámos e que a seguir apresentamos resultam do estudo empírico realizado, cujos resultados confrontámos com a revisão da literatura efectuada.

A primeira hipótese - O desbaste é uma prática esporádica e sem regularidade temporal nas Bibliotecas das Escolas Secundárias integradas na RBE – não se confirmou no que respeita à colecção tangível (impressa e não impressa), uma vez que 89,6% dos respondentes afirmou tratar-se de uma prática generalizada e regular (v. Gráfico 1), embora com intervalos temporalmente variáveis de biblioteca para biblioteca e com o recurso, acima de tudo, a diversas opções de desbaste menos drásticas que o abate/ eliminação de documentos.

Relativamente à colecção digital, os dados obtidos mostram que apesar de 70,8% dos inquiridos afirmar possuir uma (v. Gráfico 2), apenas 6,3% fez desbaste (correspondendo a 3 inquiridos), o que configura uma prática muito esporádica, sendo o volume de itens desbastados simultaneamente muito pouco significativo. A hipótese referente à colecção digital ficou, portanto, provada no que respeita à prática esporádica do desbaste, o mesmo não se verificando quanto à regularidade temporal com que este ocorreu.

Gráfico 1

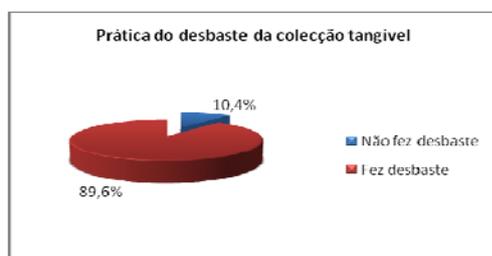
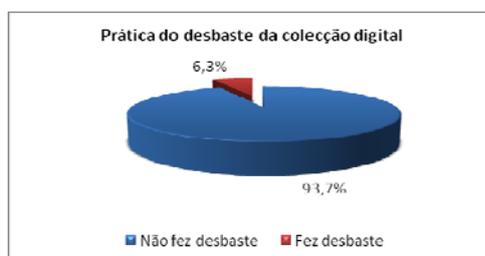


Gráfico 2



No que respeita à segunda hipótese - O desbaste é uma prática sem regras bem definidas – entendendo-se por regras a definição de critérios a seguir no processo de selecção para desbaste, a calendarização, planificação do mesmo e a clarificação de quem eram os seus responsáveis, intervenientes, indicações que deviam estar instituídas em documentos-base da Biblioteca, verificámos que apenas 35,4% dos inquiridos possuía uma Política de Desenvolvimento da Colecção (documento-base que rege esta matéria), o que não indiciava uma grande atenção dada a este processo que se integra na Gestão da Colecção em geral. A existência de Manuais de Procedimentos em 70,8% das Bibliotecas podia ser, no entanto, um bom indicador da presença de orientações sobre desbaste. Apurámos, ainda, que 66,4% dos inquiridos tinha critérios de desbaste explícitos em vários

documentos-base. Face a estes dados, pudemos concluir que a maioria dos inquiridos possuía, de facto, documentos que institucionalizavam os critérios de desbaste, embora a percentagem dos que afirmavam não os possuir fosse ainda muito elevada.

O processo seguiu, como verificámos no estudo, na generalidade, as orientações que constavam da literatura internacional. Quanto ao desenvolvimento deste, vimos que, ao contrário do que julgávamos, tratava-se de uma actividade que se desenvolveu com intervalos de tempo regulares, embora não uniformes, em 72,1% dos casos, recorrendo ao desbaste anual 46,5% dos inquiridos. Quanto ao desbaste da colecção digital, praticado por apenas uma minoria de inquiridos (6,3%) foi feito de forma muito pouco significativa (de 11 a 50 documentos desbastados) seguindo, no entanto, critérios previstos na literatura, ligados ou à adequação às necessidades dos utilizadores ou a aspectos relacionados com a especificidade da *Web*.

Daqui se concluiu, portanto, que a nossa hipótese, no que respeita à colecção tangível, não se verificou, uma vez que existiam regras definidas para a prática do desbaste; quanto à colecção digital, o número de coordenadores que o praticou foi tão reduzido que, sendo difícil retirar conclusões inequívocas, pudemos contudo afirmar que os três inquiridos que o praticaram seguiram critérios referidos na literatura e declararam impor uma certa regularidade no mesmo.

No que respeita à terceira hipótese - Existe uma correlação entre o tempo de experiência de coordenação da Biblioteca e a prática do desbaste – verificámos que essa prática variou, no que respeita à colecção tangível, com o tempo de experiência, uma vez que, como mostra o Gráfico 3, a percentagem de coordenadores que fez desbaste aumentou à medida que o tempo de experiência era maior, atingindo os 100% no grupo com maior experiência de coordenação.

Gráfico 3



Já o mesmo não se verificou a nível da colecção digital: apesar de os coordenadores com mais tempo de experiência terem sido os que afirmaram possuir mais frequentemente colecções digitais, o tempo de experiência de

coordenação não parece estar relacionado com a prática deste tipo de desbaste, como atesta o Gráfico 4, pois apenas 10,3% com experiência média o praticou.

Gráfico 4

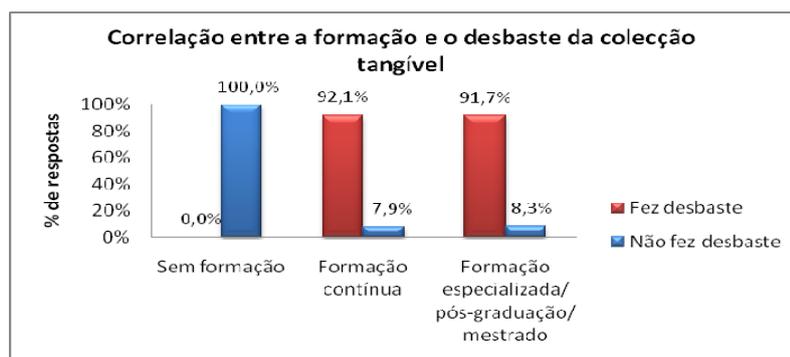


Em síntese, podemos afirmar que a hipótese se provou no que respeita à prática do desbaste da colecção tangível, variando este, de facto, com o tempo de experiência de coordenação e aumentando a sua intensidade à medida que o tempo de experiência era superior. No que concerne ao tipo de opção de desbaste seleccionada, dominou a tendência para os coordenadores com maior experiência optarem por soluções mais seguras (depósito, substituição por edição mais recente, restauro), que não eliminam da colecção definitivamente itens em grande escala, mas que os retiram do livre acesso momentânea ou definitivamente, só depois vindo a eliminação ou abate e a mudança de suporte.

No que diz respeito à colecção digital, não se provou que o tempo de experiência influenciasse o desbaste desta, visto que apenas os coordenadores com um tempo médio de coordenação de bibliotecas fizeram desbaste da mesma e em níveis pouco significativos.

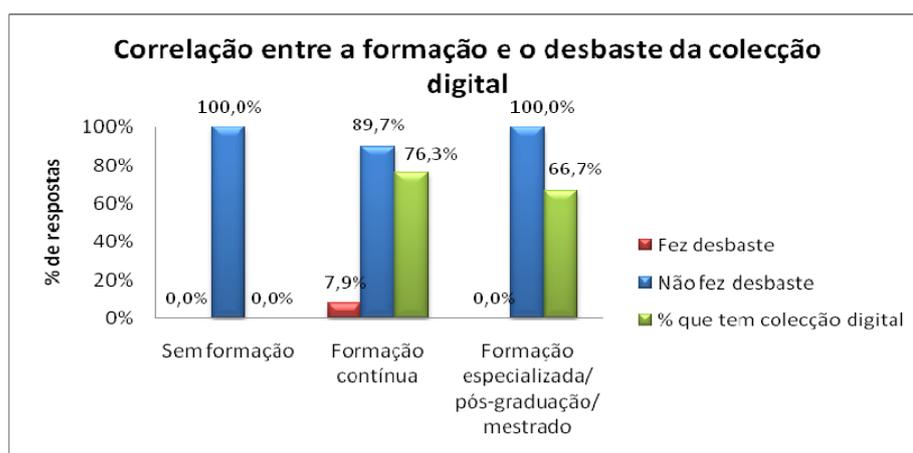
No âmbito da quarta hipótese - Existe uma correlação entre o nível de formação do Coordenador na área das Bibliotecas e a prática do desbaste – concluímos que, no que respeita à colecção tangível, este processo variou realmente com a formação, pois nenhum coordenador sem formação o levou a cabo (v. Gráfico 5). Já o tipo de formação (contínua, especializada/ pós-graduação/ mestrado) parece não ter influenciado, em termos práticos, a ocorrência do desbaste, pois as variações foram mínimas (mais 0,4% em quem possuía formação especializada/ pós-graduação/ mestrado).

Gráfico 5



No que respeita à colecção digital, constatámos que o único coordenador inquirido sem formação em BE não possuía colecção digital, não tendo procedido, consequentemente, ao desbaste da mesma. Quanto aos restantes, no grupo com formação contínua (38 coordenadores), 76,3% possuía colecção digital (v. Gráfico 6), mas apenas 7,9% procedeu ao seu desbaste (3 inquiridos); no grupo com formação especializada ou superior (12 coordenadores), 66,7% tinha colecção digital, mas nenhum a desbastou.

Gráfico 6



Assim, concluímos que no âmbito da colecção digital, apenas três coordenadores com formação contínua praticaram o desbaste, com valores pouco significativos, pelo que não consideramos provada essa correlação.

No que respeita à quinta hipótese - Existe uma correlação entre a existência de critérios de desbaste explícitos na Política de Desenvolvimento da Colecção (PDC) ou noutro documento da Biblioteca e a prática deste – verificou-se uma correlação entre o facto de os coordenadores possuírem uma PDC e procederem ao desbaste, pois os que a não possuíam praticaram-no, a nível da colecção tangível, em menor percentagem (83,9% em vez de 100%). No âmbito da colecção digital esta correlação não se verificou, pois de entre os que tinham PDC, apenas

5,9% fez desbaste a este nível, o que contrasta com os 6,5% dos que a não tinham e que procederam ao mesmo, embora com níveis pouco significativos.

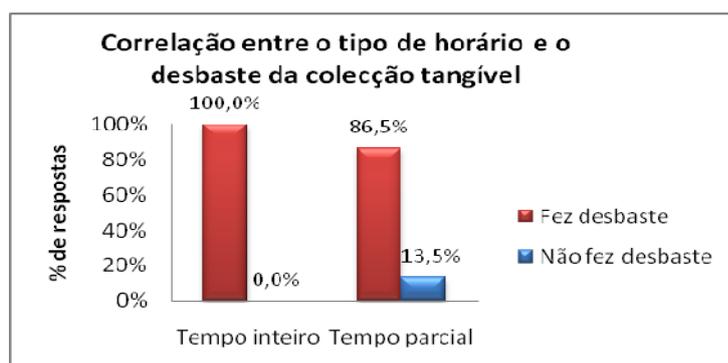
Quanto à correlação entre a existência de critérios explícitos na PDC e/ ou noutros documentos de base da Biblioteca e a prática do desbaste da colecção tangível, vimos que a diferença entre quem o levou a cabo possuindo critérios não foi significativa relativamente a quem os não tinha (89,7% para 89,5%). O mesmo se pode afirmar sobre o que se passou relativamente à intensidade da prática deste. Concluimos, portanto, que esta correlação não se verificou.

No que respeita à colecção digital, verificou-se uma maior percentagem de desbaste em quem tinha critérios, no entanto, com um valor muito pouco significativo (10,3% contra os 0% de quem não dispunha destes). Pudemos concluir, então, que a correlação parecia existir, pois ter critérios explícitos influenciou a prática do desbaste da colecção digital; no entanto, os valores de desbaste, em si, eram muito pouco significativos.

A nível da sexta hipótese - Existe uma correlação entre o nível de conhecimento da legislação ou das orientações nacionais e internacionais sobre desbaste e a prática deste – concluimos que o conhecimento das orientações da RBE sobre Gestão da Colecção e desbaste influenciou, de facto, a prática deste, sendo claro que entre quem desconhecia e quem conhecia (mesmo que de forma incompleta) o documento, a diferença foi grande a nível da colecção tangível. Já no que respeita à colecção digital, não sendo muito claras as diferenças, entendemos que a correlação não ficou, conseqüentemente, provada.

No âmbito da sétima hipótese - Existe uma correlação entre o tipo de horário e a prática do desbaste – verificámos que, dos 62 coordenadores inquiridos, 11 encontravam-se nessas funções a tempo inteiro e 100% destes praticou o desbaste da colecção tangível. Por outro lado, dos 32 coordenadores a tempo parcial, apenas 86,5% levou a cabo esse processo (v. Gráfico 7). Pudemos concluir que a prática do desbaste variou (a nível não só da frequência, mas também da intensidade) com o tempo de permanência semanal do coordenador na Biblioteca.

Gráfico 7



No que respeita ao desbaste da colecção digital, constatámos o seguinte: dos 37 coordenadores a tempo parcial, 73% possuía uma colecção digital, havendo apenas 2 que a desbastaram, ou seja, 7,4%; dos 11 coordenadores a tempo inteiro, 7 afirmaram possuir uma colecção digital (63,6%), mas apenas um a desbastou, o que correspondeu a 14,3% desse grupo (v. Gráfico 8). Assim, concluímos que o desbaste da colecção digital variou pelo facto de os coordenadores se encontrarem a tempo inteiro; no entanto, estes foram ultrapassados, em termos de intensidade de desbaste, pelos de tempo parcial, mas nunca com valores muito significativos.

Passamos, agora, a apresentar as principais conclusões globais que retirámos deste estudo empírico.

Em primeiro lugar, a necessidade de formação dos responsáveis e equipas na área da Gestão da Colecção, de forma que possam levar à prática um processo contínuo e cíclico de análise, avaliação e selecção não só para aquisição como para desbaste da colecção, de modo que esta responda, cada vez mais, de forma eficaz, às necessidades dos seus utilizadores. Há que destruir fantasmas criados, desmistificar conceitos e clarificar e instituir práticas que, como dizia Villard (1993), tornem as Bibliotecas fontes de água viva e não tanques de águas estagnadas.

Em segundo lugar, afigura-se-nos urgente a clarificação, por parte do ME/RBE, das leis que regem o Património do Estado, visto que o desbaste, para ser feito com segurança, necessita de ter bases sólidas. Para que os coordenadores não tenham receios, é urgente esclarecer, sobretudo, as regras que regem o abate e gestão dos bens culturais existentes nas BE, os quais estão sob a alçada do Estado Português. Só suprimindo, a nível central, esta lacuna legislativa e clarificando-a complementarmente, através da publicação de Linhas Orientadoras de Desbaste, se poderá levar os responsáveis das BE a encetar este processo, com os pés assentes em terra firme, seguros de que não estão a cometer qualquer ilegalidade.

Em terceiro lugar, por analogia com a Portaria 1310/2005 de 21 de Dezembro, que rege o Arquivo das Escolas Básicas e Secundárias, contemplando a existência de três patamares - arquivo corrente, intermédio e definitivo ou histórico - e com base numa nova realidade que está a surgir (redes concelhias em expansão e catálogos colectivos em construção, os quais possibilitam uma Gestão colectiva dos recursos, como preconiza também o PNL), deveria ser estudada a possibilidade de criar um sistema integrado de depósitos em que os documentos desbastados seriam deslocados, inicialmente, para um depósito (na Escola e na Biblioteca Pública), acessíveis se requisitados e, caso se verificasse, após dois anos, que nunca circulavam, seguiriam para um segundo depósito concelhio ou distrital (se ainda cumprissem os requisitos mínimos), onde se juntariam aos

documentos desbastados das Bibliotecas da Rede de Leitura Pública, integrando um depósito colectivo para empréstimo inter-bibliotecas. Este depósito garantiria, assim, a existência de um exemplar do documento, permitindo, conseqüentemente, um desbaste mais seguro nessas bibliotecas. Os exemplares mais raros ou valiosos seriam enviados para bibliotecas universitárias ou especializadas, para melhor preservação.

Em quarto lugar, como se verificou no estudo empírico, o tipo de horário de coordenação influenciou a prática do desbaste, pelo que a existência de coordenadores a tempo inteiro nas Bibliotecas possibilitará o desenvolvimento deste processo dentro do que está previsto teoricamente, com toda a exigência que uma actividade tão específica e simultaneamente tão exigente e incompreendida implica.

Em quinto lugar, afigura-se-nos necessário institucionalizar rapidamente o processo de desbaste através, por um lado, da aprovação da Política de Desenvolvimento da Colecção; por outro, da definição clara da missão da Biblioteca Escolar no Regulamento Interno e Projecto Educativo de Escola, que assente numa visão dinâmica da Gestão da Colecção, virada mais para a actualização que para a guarda de um tesouro. Estes são, na nossa opinião, dois factores determinantes na criação de uma cultura de biblioteca e de escola aberta à novidade, em constante renovação e com uma capacidade infinita de adaptação a novos contextos e constrangimentos futuros.

E é com a imagem do escultor que trabalha paciente e continuamente a pedra, que encerramos este trabalho, pois o professor bibliotecário terá de aprender a esculpir, também ele, a colecção, retirando um excesso aqui, acrescentando algo acolá, de modo a criar uma *obra* que possa suscitar emoções, prazer e descobertas nos leitores.

Referências

Villard, H. (1993). Du bassin d'accumulation au réservoir d'eau vive: vers une gestion dynamique des collections. *L'espace bibliothéconomique suisse hier, aujourd'hui, demain*. Obtido em 21 de 8 de 2008 de http://www2.unil.ch/BCU/informations/textes/t_bassin.htm